

Da Confissão à Terapêutica: uma reflexão possível? A governamentalidade do poder pastoral em Foucault

From Confession to Therapeutics: a possible reflection? The governmentality of pastoral power in Foucault

Nathália Batista Gouveia Bittencourt¹

¹ Bacharel e Licenciada em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Psicóloga clínica e especialista em Terapia Cognitivo Comportamental. Pesquisadora no Laboratório Invisível – Invisible College – Abolição Afetiva: Michel Foucault, liberdade econômica e o triunfo da terapêutica, 2023. nathaliabg@gmail.com

Resumo

O método genealógico de Foucault reconstrói a historicidade de uma verdade ou prática, entre continuidades e rupturas. Nesse artigo, a investigação objetiva entender a relação entre a prática da confissão cristã e as práticas terapêuticas atuais, a partir da compreensão Foucaultiana do poder pastoral na constituição da subjetividade humana no plano da governamentalidade. Foucault discorrerá sobre o poder, suas relações e suas formas apresentando o Estado como uma nova forma política de poder, no século XVI, e como o herdeiro de uma nova forma de poder pastoral para o controle da vida. Ainda que possa ser uma reflexão possível dentro do recorte que o filósofo fez da dimensão histórica do Cristianismo, a apresentação da figura do Bom Pastor assim com a exclusão da transcendência da salvação em Jesus nos coloca diante dos limites do caminho percorrido por Foucault.

Palavras-chave

Foucault; Cristianismo; confissão; terapêutica.

Abstract

Foucault's genealogical method reconstructs the historicity of a truth or practice, between continuities and ruptures. In this article, the investigation aims to understand the relationship between the practice of Christian confession and current therapeutic practices, based on Foucault's understanding of pastoral power in the constitution of human subjectivity at the level of governmentality. Foucault will discuss power, its relationships and its forms, presenting the State as a new political form of power, in the 16th century, and as the heir of a new form of pastoral power for the control of life. Although it may be a possible reflection within the philosopher's view of the historical dimension of Christianity, the presentation of the figure of the Good Shepherd with the exclusion of the transcendence of salvation in Jesus places us before the limits of the path taken by Foucault.

Keywords

Foucault; Christianity; confession; therapy.

1. Introdução

A notoriedade de Foucault está na investigação das relações e os dispositivos de saber-poder em diferentes fases e momentos escavando assuntos da maior estima no mundo contemporâneo, a saber neste artigo, a terapêutica. Nas palavras do filósofo trata-se de uma *ontologia do presente* ou pelo menos uma tentativa. Foucault nos apresenta a história em movimento, seus rastros, desconstruções, rupturas e continuidades. Para tanto, o autor escava, desloca-se no tempo buscando conhecer as possibilidades, seja pelo lado interno ou externo de uma instituição, que na presente investigação se encontra na *governamentalidade*. Seu interesse era investigar em que momento histórico se constituiu a relação entre governo e atos de verdade, confissão da verdade.

Essa busca consiste em tentar manter-se coerente diante da dinamicidade dos conceitos e das situações que os evocam. O método investigativo de Foucault, uma arqueogenealogia, realiza dois movimentos:

A arqueologia propõe-se a desvendar as condições de possibilidade pelas quais uma verdade e um discurso são tomados como verdadeiros numa determinada época. Um recorte vertical que, como a arqueologia, junta os restos de verdades

não ditas naquilo que está dito para poder compreender por que essas verdades foram aceitas como tais nessa época. O método genealógico, por sua vez, procura reconstruir a historicidade de uma verdade ou uma prática discursiva ou não discursiva, reconstruindo não só continuidades, mas também rupturas. (Barros II, 2020, p. 11).

As continuidades e rupturas a serem investigadas nesse artigo objetivam entender a relação entre a prática da confissão cristã e as práticas terapêuticas atuais, a partir da compreensão Foucaultiana do poder pastoral na constituição da subjetividade humana no plano da *governamentalidade*. E ao seu modo faremos o percurso da construção e investigação desses conceitos e de como se articulam ao longo de sua obra, seus desdobramentos e também suas faltas a fim de entender como Foucault chegou a essa relação. A começar, o conceito de *governamentalidade*.

2. A governamentalidade do poder pastoral

O ponto de partida para essa discussão se encontra nos cursos ministrados no Collège de France, a partir de 1978, *Segurança, Território e População*, desenvolvendo sua pesquisa sobre o problema do biopoder, as formas de poder, governo e organização de Estado. Foucault (2023, p. 57) cria o conceito de “governamentalidade” que segundo este é uma palavra feia, mas que apontaria uma forma de análise do Estado pelo lado externo. E nos ajuda a dimensionar a noção de governo para a qual existem significados diversos e amplos aos longo dos séculos.

Para o filósofo nunca se governa um Estado, um território, quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades. (FOUCAULT, 2023, p. 166). E então se pergunta, de onde vem a ideia de que os homens são governáveis? Para este, certamente, não é uma ideia nem grega, tampouco romana (2023, p. 167). Na Grécia se governava a cidade e não os homens. Foucault encontrará em um Oriente pré-cristão e no Oriente cristão a organização de um poder de tipo pastoral que na sua forma produz uma direção de consciência, direção das almas. Seja no Egito, Assíria, Mesopotâmia ou entre os hebreus, o rei é designado como pastor dos homens.

Enfim, essa metáfora do pastor, essa referência ao pastorado permite designar certo tipo de relação entre o soberano e o deus, na medida em que, se o Deus confiou o rebanho dos homens, se o rei também é o pastor dos homens, o rei é de certo modo o pastor subalterno a que Deus confiou o rebanho dos homens e que deve, ao fim do dia e do seu reinado, restituir a Deus e ao rebanho que lhe foi confiado. (Foucault, 2008, p. 169).

A partir dessa relação Foucault caracterizará o poder do pastor em três traços específicos: primeiro, o poder do pastor se exerce sobre uma multiplicidade em movimento, o Deus hebraico é o Deus que caminha, que se desloca e não está preso a um território. Em segundo lugar, o poder pastoral é um poder de benfazer, um poder de cuidado, de zelo, voltado para a salvação do rebanho e com uma preocupação para o outro.

Em terceiro e último, o poder do pastor é um poder individualizante e tem-se o “célebre paradoxo do pastor”: o pastor tem de estar de olho em todos e em cada um, *omnes et singulatim*. Para Foucault, o pastorado é um poder individualizador. E sim, existe esse aspecto, mas não se encerra no bem individual e esse será um ponto importante para entendermos as fronteiras da investigação de Foucault, bem como nossa questão apresentada. Segundo Porto, o pastor exerce um exame minucioso sobre o rebanho, tanto qualitativo como quantitativo, com fins de controle. A técnica de poder é uma técnica de vigilância sobre cada um, individualmente, um por um (2020, p. 812).

Para isso, de acordo com o filósofo, o discurso pastoral tem como fundamentação a *salvação* que é a finalidade da condução. A *lei*, a partir da prescrição de condutas e a *verdade* que consiste no discurso profético. E na relação desses três elementos o pastor age em uma economia de mérito e demérito e se concretiza uma obediência pura e uma dependência integral. Haja vista que o pastor ensina sobre a vida cotidiana, com seu próprio exemplo, e faz a direção de consciência que ainda que muito utilizada e explorada na cristandade durante séculos, não é uma ideia cristã.

Foucault nos informa que essa prática de direção da consciência já estava presente na Antiguidade em momentos circunstanciais e não a respeito de todos os aspectos da vida. “A direção de consciência era voluntária, episódica, consoladora, e, passava, em certos momentos, pelo exame de consciência.” (FOUCAULT, 2023, p. 242). E ao examinar-se assumia o controle de si, diferente da relação de dependência com o pastor que acarretava certo discurso de verdade e esboçava novos modos específicos de individualização e um novo tipo de sujeito.

Esse caminho evidencia como se relaciona o tema da direção de consciência antiga com a governamentalidade moderna e a manifestação da verdade.

3. A confissão e a manifestação da verdade

A problemática sobre novas formação de subjetividade no traçado de deslocamento do filósofo se desenvolverá nos escritos de 1980, *Do governo dos vivos*, na seguinte pergunta: que relação existe entre o fato de ser sujeito numa relação de poder e sujeito pelo qual, para o qual e a propósito do qual se manifesta a verdade? Para Foucault, o

poder em geral não pode ser exercido se a verdade não for manifestada. Trata-se do que ele chamou de *aleurgia* (2014, p. 75).

A *aleurgia* na produção e manifestação de verdades, tem como ato de verdade um sujeito que pode ser definido em três papéis: como operador e ator da verdade, como espectador e testemunha da verdade e como objeto refletido da verdade, que Foucault denominou de confissão (2014, p. 76). O problema para este consistia em investigar em que momento histórico houve a constituição da relação entre governo e atos de verdade, precisamente, atos refletidos de verdade, em que se confessa a verdade. E nesse giro espiral, nas palavras do autor, retornamos ao cristianismo.

Em outras palavras, há todo um regime de verdade no cristianismo que se organiza, não tanto em torno do ato de verdade como ato de fé, mas em torno do ato de verdade como ato de confissão. Regimes bem diferentes esses, da fé e da confissão, pois no caso da fé se trata da adesão a uma verdade intangível e revelada, na qual o papel do indivíduo, logo o ato de verdade, o ponto de subjetivação está na aceitação desse conteúdo e na aceitação de manifestar que se aceita esse conteúdo – é esse o sentido da profissão de fé, do ato da profissão de fé, enquanto no outro caso, no caso da confissão, não se trata de modo algum de aderir a um conteúdo de verdade mas de explorar, e explorar infindamente, os segredos individuais. Pode-se dizer que o cristianismo, em todo caso do ponto de vista que me interessa aqui, foi perpetuamente permeado por essa extraordinária tensão entre os dois regimes de verdade, o regime da fé e o regime da confissão. (FOUCAULT, 2014, p.77).

Essa tensão não significa oposição, mas tem relações profundas e fundamentais para o autor, que embasam o cristianismo e se desenvolvem em um rearranjo de ambos, a fé e a confissão. Desde o século II ao final do século V a prática de confissão também estava presente, porém era confrontada pela heresia - heresia cátara. E na medida em que esse problema se desenvolveu refinou-se também o conteúdo dogmático do ato de fé e por conseguinte, a prática da confissão.

O que até os séculos VII e VIII estava ligado ao “confessor”, aquele que aceitou fazer a profissão de fé, amplia para “confissão”, o de reconhecimento das faltas. A confissão se torna reconhecimento de culpa e o confessor é quem organiza, regulamenta, ritualiza esse reconhecimento e dele extrai os efeitos que se tornarão a partir do século XII os efeitos sacramentais (2014, p. 78).

Tais atos evidenciam mais uma vez, segundo Foucault, que o regime de fé e de confissão não estão desassociados, antes levam um ao outro a se desenvolver e para a manutenção desse poder e manifestação da verdade a confissão chegou a ter que se tornar obrigatória pelo Concílio de Latrão em 1215 (2023, p.258). Ao postular essa frase, o autor se justifica anteriormente dizendo que negligenciará uma série de coisas não porque não existem, mas porque não são o seu ponto principal e a isso

ele denominou de *grandes limitadores externos* (2023, p.257). Para este, a população cristianizada permaneceu reticente por muito tempo à essas obrigações, mas gestava os pontos de resistência que se produziram nesse campo e discutiremos na seguinte seção, as contracondutas.

Ao negligenciar a compreensão de certos aspectos perdemos a dimensão do que essa obrigatoriedade significou e contribuiu para o desenvolvimento do que entendemos como confissão. De acordo com o teólogo Keenan (2013), que estuda a história da teologia moral católica, a obrigatoriedade da confissão fez com que “pela primeira vez, toda a igreja estava envolvida em um sacramento que anteriormente só era praticado pelos religiosos ordenados ou que fizeram votos” (2013, p. 12).

O teólogo continua e nos apresenta o comentário de um grande historiador da igreja protestante, Henry Lea, que diz que essa obrigatoriedade da confissão foi o ato legislativo mais significativo na história da Igreja. Os leigos tinham agora que saber como confessar seus pecados assim como o clero tinha que aprender como ouvi-los (2013, p.12).

No século XIII, as *Summa confessorum*, muito mais extensas, foram publicadas. Esses textos não visavam simplesmente a atribuir penitências fixas; eles também ajudavam os confessores a aprender como descobrir a fonte do pecado no indivíduo penitente. Os confessores passaram a ser treinados não só como juízes justos, mas como médicos de almas (Keenan, 2012, p.13).

E toda esse desenvolvimento de novos manuais e penitências foram sendo atravessados pela exigências dos novos séculos, seja com as expansões marítimas e todo método da alta casuística de julgamento, sejam em seus manuais morais com princípios metodológicos até chegar na Teologia Moral. O homem deveria se confessar e como o faria? Para quem ele irá expressa sua verdade? A confissão para Foucault era uma forma de controle ou seria uma necessidade?

Segundo Foucault, o governo de um sujeito pela extração de verdade que lhe é imposta configura ao pastorado, sem dúvida, um dos momentos decisivos na história do poder nas sociedades ocidentais (2023, p. 246). O poder de conduzir os homens, governar a conduta. Contudo, apesar de toda sua vinculação às verdades e subjetividades, o poder pastoral enfrenta resistências e nesse ponto podemos questionar o caminho e argumentos do autor quanto à fiel compreensão e interpretação da Bíblia Hebraica e se os limites impostos por ele não deturpam sua compreensão. A crise do pastorado proposta pelo mesmo carrega em si elementos de verdade do Cristianismo, suas resistências e o que poderia significar, de fato, o poder pastoral.

4. A crise do pastorado e os outros poderes

A crise do pastorado é demonstrada por Foucault como “*contracondutas*” pastorais e expressava o desejo de um outro modo de viver, de querer ser conduzido, seja por outros pastores, seja por outros métodos. Ele nos apresenta cinco formas principais de *contracondutas* desenvolvidas pela Idade Média: o ascetismo, as comunidades, a mística, a escritura e a crença escatológica.

O *ascetismo*, um exercício de si sobre si, sendo uma conduta própria do indivíduo e não proposta por um terceiro, respeitando sua vontade de si (PORTO, 2020, P. 822). Segundo, as *comunidades*, essas têm em seus membros, diferente do ascetismo, uma formação que recusa a autoridade do pastor e das justificações teológicas ou eclesiológicas, afirmando o princípio da igualdade absoluta entre todos os membros. O outro movimento antipastoral é a *mística*, em que, segundo Porto (2020) a alma se vê a si mesma. Não há nenhum segredo a ser desvelado por outro e só o indivíduo pode conhecer a si mesmo e acessar sua verdade. “Ela se vê em si mesma em Deus, e vê Deus em si mesma.” (FOUCAULT, 2023, p. 282).

O quarto elemento, a *escritura*, é uma vertente de questionamento do poder pastoral que utiliza os escritos religiosos para mostrar seus equívocos, sendo aqui, uma crítica hermenêutica que altera o significado do saber estruturante e assim, o governo. E nesse ponto, podemos questionar Foucault a partir de uma rigorosa elucidação do texto bíblico acerca do Bom Pastor e o faremos na próxima seção. Pois há uma hermenêutica bíblica muito diferente do pastor apresentado pelo filósofo. Por último, a *contraconduta da crença escatológica* que visa desqualificar o papel do pastor em vistas do tempo que está se consumando e o próprio Deus guiará o seu rebanho. O pastor poderia assim ser dispensado, segundo o mesmo.

Todos esses movimentos de *contraconduta*, segundo Foucault, não são exclusivamente exteriores ao cristianismo, mas são elementos de fronteiras que foram utilizados pela própria igreja, a exemplo da Reforma Protestante, que questiona o poder pastoral da grande Igreja Católica. E o grande ponto de vista do poder pastoral para o filósofo foi encontrar o pano de fundo da governamentalidade que vai se desenvolver a partir do século XVI diante das crises e revoltas da Idade Média que desembocaram em uma crise religiosa (FOUCAULT, 2023, p. 286).

[...] toda transformação que modifica as relações de força entre comunidades ou grupos, todo conflito que os põe em confronto ou que os faz rivalizar requer a utilização de táticas que permitem modificar as relações de poder e a introdução de elementos teóricos que justificam moralmente ou fundam em racionalidade essas táticas (FOUCAULT, 2023, p. 287).

Ao rejeitar a interpretação dos fenômenos religiosos a partir de uma explicação ideológica e apresentar a governamentalidade e as “entradas táticas do poder pastoral” no Ocidente, Foucault nos apresenta às transformações e modificações das relações de poder ao longo do processo histórico. E a continuar seu movimento, sua historicidade, a pergunta: O que nos mantém presos aos poderes cotidianos? Quem dirigirá a consciência?

Prado Filho (apud CANDIOTTO, 2012, p. 112) expõe como o cristianismo produziu sua própria tecnologia pastoral. Essas formas de condução e gestão dos sujeitos foram sendo desenvolvidas ao longo dos séculos, afinal agora não é só o cristianismo que produz verdades e direções, outras ciências, filosofias e tipos de sociedade também reivindicavam suas verdades. Contudo,

Com a emergência das artes laicas de governar no século XVI e com o desenvolvimento de técnicas de governo ao longo dos séculos XVII e XVIII, pode parecer que o pastorado se recolhe ao exercício doutrinário e à condução espiritual das almas, porém suas marcas permanecerão presentes na tecnologia política que está se formando, contaminando ao mesmo tempo que sendo colonizado pelas modernas técnicas de governo. (PRADO FILHO APUD CANDIOTTO, 2012, p. 115).

Essa emergência denota a passagem do pastorado, resguardando suas práticas, para uma tecnologia do governo dos vivos a que denominou: *biopoder*. Em seu texto *O Sujeito e o Poder* (1995) Foucault discorrerá sobre o poder, suas relações e suas formas apresentando o Estado como uma nova forma política de poder, no século XVI, e como o herdeiro de uma nova forma de poder pastoral. (1995, p. 237). A laicização não fez com que o poder pastoral desaparecesse, mas ampliou e multiplicou fora da instituição eclesiástica.

O poder sobre a vida a partir de um Estado totalizador, mas também individualizador foi desenvolvido e aprimorado nos séculos XVII e XVIII, sendo que neste último Foucault amplia e nos apresenta o conceito de *biopolítica*. A preocupação política em torno da vida das populações, como técnicas de regulação e governo da vida das populações e de cada indivíduo, segundo Prado Filho (2012, p. 116).

Não é difícil perceber as correlações entre as práticas biopolíticas e a tecnologia pastoral, considerando alguns deslocamentos: do rebanho à população; da ovelha, do fiel, ao indivíduo; da vigília à vigilância; do olhar de Deus, que tudo vê, ao panóptico que tudo vigia; com uma estratégia em comum: o jogo totalização + individualização, e um objeto em comum: a vida, governada por um poder que investe, vela e cuida. Tudo isso mostra o atravessamento das biopolíticas modernas por práticas pastorais. (PRADO FILHO apud CANDIOTTO, 2012, p. 116).

Uma multiplicidade de instituições como a economia, a estatística, as ciências, a psicologia e tantas outras produzindo conhecimento sobre o indivíduo explicita o atravessamento das biopolíticas pelas práticas pastorais, segundo Foucault. Na busca de uma melhor forma de governo da população e da vida, ora totalização, ora individualização, produzindo e evidenciando novas verdades desse sujeito. O poder da norma que Foucault irá desenvolver e destacar ao final do século XVIII, as aplicações possíveis das técnicas de exame e um revestimento de cientificidade cada vez maior possibilitaram uma política moderna normalizante.

A repercussão deste tipo de política no século XIX contribui para a marcação dos desvios e das formas de anormalidade que Foucault desenvolve em um curso intitulado, *Os anormais*. E nesse ponto, vale destacar os estudos de Foucault sobre a História da Sexualidade, em que para este, “desloca a confissão ao integrá-la a um projeto de discurso científico” (FOUCAULT, 2023, p.74). Constitui-se um discurso de verdade, não mais sob o registro da culpa e do pecado, e sim do normal ao patológico. E a confissão se torna um procedimento de individualização pelo poder.

A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes; confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se o passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama, fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros. Confessa-se – ou se é forçado a confessar. (FOUCAULT, 2023, P. 66)

O homem confidente submetido ao poder da norma e com suportes da psicologia, especialmente no século XX, corrobora para uma política “terapêutica” subjetivante à medida que objetiva “corrigir desvios”, reconduzindo à norma e operando uma “ortopedia da subjetividade” (Prado Filho apud CANDIOTTO, 2012, p. 112). Estamos diante de tantos outros detentores da verdade que, para Foucault são técnicas de condução pastoral pelo Estado moderno. São as novas formas a quem o sujeito está submetido e exigem dele sua verdade, sua confissão.

5. O pastor do Antigo Oriente Próximo e a verdade

Se o regime de verdade, suas confissões, atos e tecnologias se oriunda do poder pastoral conforme desdobra Foucault em sua genealogia e historicidade, retomamos a uma questão outrora mencionada: o poder pastoral descrito corresponde ao Bom Pastor

da Bíblia Hebraica e Antigo Oriente Próximo? Keneth E. Bailey (2020), especialista na área nos apresentará o pastorado e suas relações à época. Bailey dialoga em privilégio, pois ensinou por mais de quarenta anos na região em questão e percorreu um longo caminho sobre o Bom Pastor.

Nosso objetivo é lançar alguma luz a partir das práticas do pastoreado do Oriente Médio, e a partir dos poucos conhecidos comentários (antigos e modernos) do Oriente Médio. Também buscarei colocar o texto dentro da longa tradição bíblica do bom pastor que temos traçado ao longo de nosso estudo (BAILEY, 2020, p.178).

Se Foucault vai encontrar no Oriente próximo uma forma peculiar de governamentalidade, Bailey nos conduzirá pelo texto bíblico em diversas menções do “pastor” e seus mais distintos significados e toda sua confluência para o Rei-pastor, Jesus, o Messias. Nosso objetivo nessa seção não é apresentar todos os pontos possíveis de serem questionados ainda que existam condições teóricas, mas apresentar o que nos é essencial para discussão. Em Lucas 15, na parábola da ovelha perdida, somos apresentados a alguns temas que envolvem o pastoreio.

Moisés era aceito como pastor. Uma Midrash acerca de Êxodo registra uma história em que Moisés está procurando um cordeirinho perdido, e Deus lhe diz que ele guiará Israel. Ezequiel referiu-se aos reis como pastores (Ez 34), e o próprio Deus era considerado pastor (Sl 23). Assim, a figura do pastor era um símbolo nobre. Em contraste, os pastores de carne-e-sangue que no século 1 cuidavam das ovelhas eram evidentemente “am ha”ares e imundos. Para o fariseu, “pecador” era uma pessoa imoral que não observava a lei, ou pessoa que se ocupava de uma das profissões proscritas, entre as quais estava a de pastor de ovelhas (BAILEY, 2022, p.239).

O pastor, ainda que renegado pelos fariseus, era essencial caso uma ovelha se perdesse. Uma família rica contratava pastores, uma família média dividia seus cuidados. “Ter” cem ovelhas não era necessariamente posse, pois poderia ser “estar sob cuidados”. O pastor fazia parte da família e perder uma ovelha significava muito para todos, assim como a alegria de encontrá-la. A alegria de se achar a ovelha perdida é sentida na comunidade (Bailey, 2022).

Nesse pequeno trecho podemos assinalar dois pontos importantes: o pastorado não é uma técnica de “governo” bem estabelecida entre o povo hebreu haja vista esse lugar de “Rei” e de “imundo” que prefigurava o pastoreio. O segundo ponto é sempre o retorno à comunidade, ao território. Comunidade essa que possui um lócus, contrariando as ideias Foucaultianas iniciais de que no poder pastoral se governava somente pessoas e não um lugar.

Primeiro, existem pastores de rebanhos seminômades que frequentemente possuem grandes rebanhos e gastam meses distantes de suas vilas seguindo as chuvas sazonais e pastoreando na pastagem aberta. Segundo, existem famílias em vilas estabelecidas, cada qual possui algumas ovelhas. É costume para várias famílias combinar seus animais, e para um homem jovem (ou duas mulheres) formá-los como um rebanho e leva-lós dia após dia para pastar. Alguns moradores locais desenvolvem grandes rebanho e ainda retornam para a vila toda noite (BAILEY, 2020, p.9).

A ideia da figura do poder pastoral como processo individualizador e contraposta pelo trabalho pastoral apresentado pela Bíblia Hebraica e toda tradição do Antigo Oriente Próximo nos sinaliza como que mesmo cuidando de uma a uma, o retorno é para a comunidade, para o aprisco. E todos estavam envolvidos. Foucault se apegou mais ao primeiro caso, os nômades beduínos. Mas são os camponeses, vilas e famílias que encontram mais ressonância no texto bíblico. “O pastor camponês volta com as ovelhas para sua casa na aldeia todas as noites.” (BAILEY, 2022, p.245).

O próprio Deus promete reunir todas as suas ovelhas desgarradas. “Deus entrará novamente na história e reunirá o remanescente de seu rebanho. Ele as trará de volta (*shuv*) para seu aprisco (ler ‘sua terra’). (BAILEY, 2020, p.57).

Se Foucault desejava sinalizar e entender a gênese desse tipo de poder, falha em não expandir ou desenvolver uma compreensão dos textos bíblicos que podem legitimar a história dos poderes e funções pastorais. Existe, sem dúvidas, os cuidados individuais e eles são necessários, mas existe um motivo, um Senhor e Rei, o próprio Deus, o Criador, que não são contemplados em sua análise e estão presentes no Salmo 23.

O bom pastor lidera seu rebanho por estas veredas “por amor de seu nome”. Lamsa escreve: “o pastor é muito cuidadoso com os caminhos, porque ele ama as ovelhas e por amor de seu nome faria qualquer coisa para evitar acidentes e ataques de animais”. Ele tem que manter sua reputação com bom pastor. Ele age a partir de sua própria integridade, que não será violada. Ele é um bom pastor, e um bom pastor não perde suas ovelhas. Este tema é repetido e expandido em Ezequiel 36:22-32, como observamos adiante. O arcebispo Nerses astutamente comenta: “E porque Ele tem esse cuidado tão providencial? Não por causa de nenhuma propina, não porque Ele precisou me adicionar a este rebanho, mas somente para glória de seu nome. Sendo assim, nos trechos de abertura do salmo, o pastor é visto providenciando comida, bebida, tranquilidade, resgate e restauração. (BAILEY, 2020, p. 36)

A figura do pastor é também a figura do próprio Deus, voltado à Ele e isto não está considerado em Foucault. A beleza da Grande História de Deus é o fato de que o que se inicia no Antigo Testamento e percorre para o Novo testamento expandem a

visão sobre o assunto no ponto máximo, Jesus e sua obra redentora, que estabelecerá seu povo na Nova Jerusalém. E é nesse ponto que Foucault minimiza o Cristianismo, sem a transcendência, sem a história da salvação, mas só pela “pretensão de governar o conjunto de homens em sua vida mais cotidiana” (SENELLART apud CANDIOTTO, 2012, p. 81).

Michel Senellart continua,

Essa posição resulta naturalmente da recusa em reconduzir um processo histórico à unidade de um sentido original que seria somente a realização progressiva (ou, pelo contrário, o desvio sistemático). Nesses termos, ela se opõe a toda investigação do Jesus histórico ao procurar retrair o caminho pelo qual foi constituída, a partir dele, a mensagem cristã. Igualmente ela se justifica pela escolha do domínio de análise: a institucionalização do pastorado, em 1978, e não as fontes teológicas da figura do Cristo-pastor; as práticas cristãs de verificação, em 1980, e não o vínculo da tradição à pregação primitiva. Opção, neste último caso, claramente teorizada por Foucault, mediante a distinção de dois regimes cristãos de verdade, aquele da fé, de qual ele não vai se ocupar, e aquele do aveu ("confissão"), o único que lhe interessa aqui, mesmo se, como enfatiza, um e outro não cessaram, de entrecruzar-se ao longo da história do cristianismo. (SENELLART apud CANDIOTTO, 2012, p. 84)

A confissão como manifestação da verdade do sujeito a fim de ser governado é o que é enfatizada no percurso e objetivo Foucaultiano. O ensinamento moral a que o mesmo se ateuve, ignorando a proclamação da fé, vê a confissão somente como uma técnica de governo. E por que não a obediência à um Deus Criador e Senhor? Não há nenhum problema no Cristianismo em reconhecer o senhorio de Cristo, o Bom Pastor e ser conduzido por sua voz. Para Senellart (2012, p.85), Michel Foucault se limita percorrendo muito mais uma análise da instituição ou, mais exatamente, do processo de institucionalização desse “magnífico instrumento de poder”, a igreja.

6. Considerações Finais

Se o poder pastoral em sua institucionalidade é substituído pelo Estado com todas as suas novas tecnologias e produções de verdade é fato que o indivíduo está sempre sujeito à algum poder. Foucault desejava se “liberar”,

A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos de promover novas formas de subjetividade através da recusa desse tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos. (Foucault, 1995, p. 239).

Conforme sua análise, o desejo de poder sobre a vida do indivíduo de desejos e prazer que antes era centralizada na mão dos sacerdotes passou para “autoridades distintas da autoridade religiosa, como médicos, psiquiatras e pesquisadores em ciências sociais (OTTAVIANI apud CANDIOTTO, 2012, p. 149). Já não é mais a verdade de Deus e os atos de fé, mas a verdade “científica” no seio do Estado Moderno. Assim, a terapêutica moderna pode sim ser observada pela lupa pastoral dentro das condições de possibilidade e recortes feitos por Foucault na governamentalidade.

É uma reflexão possível dentro de sua teoria e recorte, que reduz o cristianismo à sua pura dimensão histórica e não nos permite avaliar outras dimensões possíveis para a confissão. Dentro do método genealógico de Foucault, do ponto de vista do historiador, conclui-se que a confissão como manifestação da verdade do sujeito tem continuidade na terapêutica e nos dispositivos de saber-poder tão explorada nos dias atuais.

Entretanto, não significa dizer que o poder pastoral foi substituído pela terapêutica moderna, pelo contrário, ele continua a ser um locus de produção e manifestação da Verdade que não será discutido e nem viabilizado por Foucault. Para comunidades tradicionais e conservadoras a confissão é um caminho para a ética e moralidade. E indo além de suas próprias organizações e rituais a confissão aponta para um discipulado, para a voz do Bom Pastor em que se submete não a governo de homens, mas ao governo de Deus através da Sua igreja.

Referências Bibliográficas

BAILEY, K. E. **O bom pastor**: uma jornada de mil anos do Salmo 23 ao Novo Testamento. Maceió, AL: Editora Sal Cultural, 2020.

BAILEY, K. E. **As parábolas de Lucas**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2022.

BARROS II, J. R. **Poder pastoral e cuidado de si em Foucault**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

CANDIOTTO, C. **Foucault e o Cristianismo**. Autêntica Editora, 2012.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1**: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. Guilhaon Albuquerque. 15º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2023.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2023.

FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos**: curso ministrado no Collège de France (1980-1981). WMF Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. M. *Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.233-249.

FOUCAULT, M. **OMNES et SINGULATIM**: *por uma crítica da "razão política"*. 2003. Disponível em <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2015/11/foucault-omnes-et-singulatim.pdf>;

KEENAN, J. F. **História da Teologia Moral do século XX**: da confissão dos pecados à libertação das consciências. Tradução Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

PORTO, G. M. **Michel Foucault e o governo pastoral**. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/3/2020_03_0799_0828.pdf..